



RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0202294-4
JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JÚRI DA COMARCA DA CAPITAL
RECORRENTE: RAFAEL DA SILVA RAIMUNDO
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : DR. MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS
RELATOR: DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. PRONÚNCIA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO- ARTIGO 121, § 2º, INCISO I E IV, DO CÓDIGO PENAL- RAZÕES RECURSAIS NO SENTIDO DE ANULAR A DECISÃO SOB O ARGUMENTO DE QUE ESTA AMPAROU-SE UNICAMENTE NO INQUÉRITO POLÍCIAL E APENAS EM UM ÚNICO ELEMENTO DE PROVA PRODUZIDA EM JUÍZO, OU SEJA, O DEPOIMENTO PRESTADO PELA ESPOSA DA VÍTIMA. A PRONÚNCIA É MERA HABILITAÇÃO À ACUSAÇÃO E JULGAMENTO PELO JÚRI POPULAR. LOGO, AS DÚVIDAS E INCERTEZAS QUE PORVENTURA PERSISTAM EM CIRCUNDAR O FEITO DEVERÃO SER SUBMETIDAS À APRECIÇÃO EM PLENÁRIO DO JÚRI, JUIZ NATURAL DA CAUSA, POR FORÇA DE MANDAMENTO CONSTITUCIONAL, A QUEM CABE APRECIAR AS TESES E ANTÍTESES.. DECISÃO DE PRONÚNCIA MANTIDA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE. PROVA DA MATERIALIDADE E FORTES INDÍCIOS DE AUTORIA PRESENTES. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso em Sentido Estrito nº 0202294-4, da 1ª Vara do Júri da Comarca da Capital, em que figuram, como recorrente, RAFAEL DA SILVA RAIMUNDO e, como recorrido, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, pelo não provimento do presente recurso, de acordo com o relatório, voto e ata de julgamento, que fazem parte deste julgado.

Recife, 26 de Janeiro de 2010.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



194



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0202294-4
1ª VARA DO JÚRI DA COMARCA DA CAPITAL
RECORRENTE: RAFAEL DA SILVA RAIMUNDO
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : DR. MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS
RELATOR: DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL.

RELATÓRIO

Inconformado com a sentença do Juízo da 1ª Vara do Júri da Comarca da Capital, que julgou procedente a denúncia e o pronunciou nas penas do **art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal**, **RAFAEL DA SILVA RAIMUNDO**, recorre em sentido estrito, arguindo que a decisão ora vergastada amparou-se unicamente no inquérito policial e no depoimento prestado pela esposa da vítima em Juízo. Pugna, portanto, para que seja anulada a pronúncia, nos termos do art. 386, I e IV, do CPP.

Contam os autos que, por volta das 20:00 horas, do dia 29 outubro de 2006, na Rua Doutor Elias, nas proximidades do imóvel de nº 41, Campina do Barreto, nesta cidade, o ora recorrente, para vingar-se de uma rixa antiga, atirou nas costas de José Elopam de Oliveira, produzindo-lhe os ferimentos descritos na Perícia Tanatoscópica de fl. 63.

Seguiu o presente feito os trâmites de estilo, com posterior prolação da decisão, às **fls. 213/215**, que pronunciou o ora recorrente como incurso nas sanções do **artigo 121, § 2º, I e IV** (motivo torpe e surpresa e recurso que tornou impossível a defesa da vítima) sujeitando-o, assim, a julgamento perante o Egrégio Tribunal do Júri da 1ª Vara da Comarca da Capital, que deverá ser aguardado no cárcere onde se encontra (Presídio Professor Aníbal Bruno), vez que estão presentes os motivos suficientes de sua custódia preventiva.

Com razões recursais apresentadas às **fls. 225/229**, o advogado Edésio Cordeiro Pontes, OAB-PE 11.911, pugna pela reforma da decisão do Juízo monocrático, arguindo que não se produziu, concretamente, contra a pessoa do ora recorrente provas suficientes para ensejar o decreto de pronúncia, vez que o referido *decisum* baseou-se apenas no inquérito policial e no depoimento prestado pela esposa da vítima em Juízo. Portanto, deverá ser este impronunciado por faltas de provas, conforme determina o art. 386, I e IV, do CPP.

Nlwvs (rse 0202294-4)

Fórum Thomaz de Aquino - Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP 50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax: 3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 919729784 E-mail: roan@tjpe.gov.br



O Ministério Público de primeira instância, através do Promotor de Justiça Dr. André Múcio Rabelo de Vasconcelos, contra-arrazouu às **fls. 233/234**, opinando pelo não provimento deste recurso e, consequentemente, pela manutenção da decisão ora afrontada.

Às **fls. 235**, o Juízo *a quo* manteve a decisão recorrida, determinando a remessa dos autos a esta Superior Instância.

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria de Justiça Criminal, na pessoa da Procurador de Justiça, Dr. Mário Germano Palha Ramos, ofereceu o parecer de **fls. 244/245**, opinando pelo não provimento do presente Recurso em Sentido Estrito, mantendo-se *in totum* a pronúncia.

O recorrente encontra-se recolhido ao Presídio Professor Aníbal Bruno, Recife/PE.

É o relatório.

À pauta.

Recife, 12 de Dezembro de 2009.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0202294-4
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JÚRI DA COMARCA DA CAPITAL
RECORRENTE: RAFAEL DA SILVA RAIMUNDO
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : DR. MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS
RELATOR: DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores,
Senhor(a) Procurador(a) de Justiça,

Cuida-se de Recurso em Sentido Estrito interposto pela Defesa de Rafael da Silva Raimundo, contra a decisão da 1ª Vara do Júri da Comarca da Capital, que pronunciou o ora recorrente como incurso nas sanções do **art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal**.

Em razões do recurso acostadas às **fls. 225/229**, a Defesa aduz que a decisão amparou-se unicamente no inquérito policial e no depoimento da esposa da vítima, em Juízo, não existindo, portanto, outro elemento de prova que o aponte como o autor do crime ora em comento.

Como se sabe, a pronúncia constitui mera habilitação à acusação e julgamento pelo Júri Popular. Assim, as dúvidas que porventura persistem em circundar o feito devem ser submetidas ao Júri – Juiz natural da causa – por força de mandamento constitucional, a quem cabe apreciar as teses e antíteses.

Neste sentido:

“A sentença de pronúncia dá notícia motivada do convencimento do juiz sobre a existência do crime e os indícios suficientes de autoria. Nela não se lê juízo de certeza, mas juízo fundado de suspeita. A sobriedade e o comedimento no uso da linguagem desautorizam a elação de nulidade (STF – HC –

Nlwvs (rse 0202294-4)

Fórum Thomaz de Aquino Av. Martins de Barros, 593 – 2º andar – Santo Antônio – RECIFE-PE CEP: 50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax: 3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784 E-mail: roan@tjpe.gov.br



Rel. Francisco Rezek – RTJ 162/682, obra citada, pg. 807)

Vale ressaltar, por oportuno, que nos crimes de competência do Júri Popular, não vige o princípio *in dubio pro reo*, resolvendo-se em favor da sociedade as eventuais dúvidas propiciadas pela prova, consoante o princípio *in dubio pro societate*.

No caso em tela, a materialidade restou comprovada na Perícia Tanatoscópica de fl. 63.

Contam os autos que o recorrente vinha saindo do bar, quando avistou a vítima pedalando uma bicicleta, tendo esta passado por ele, recorrente, para buscar sua companheira, que estava em uma festa. O recorrente, que era desafeto da vítima, viu naquele momento uma oportunidade para vingar-se da mesma, tanto que escondeu a arma de fogo que portava em uma lixeira, para que esta pensasse que ele estava desarmado, já que trajava apenas bermuda e chapéu.

Após encontrar sua companheira e uma filha desta, a vítima voltou pelo mesmo caminho, vez que de nada desconfiou, momento em que foi atingida pelas costas por disparos de arma de fogo, efetuados pelo ora recorrente, sem qualquer chance de defesa, vindo a óbito no referido local. O recorrente fugiu da cena do crime, no entanto foi encontrado pela Polícia, tendo sido preso no interior de sua residência, ocasião em que confessou que matou Elopam por conta de uma rixa antiga, tendo os policiais apreendido o revólver de marca Taurus, calibre 38 (trinta e oito), além de 10 (dez) munições intactas, conforme Auto de Apresentação e Apreensão de fls. 18.

Nada nos autos ampara os argumentos da Defesa em favor do ora recorrente. Senão vejamos.

Verifico que o recorrente confessou a autoria delitiva no momento da sua prisão em flagrante delito. Além disso, em Juízo (fls. 112/113), os policiais Gilton José Gonzaga dos Santos e Lincoln Regis de Oliveira, responsáveis pela sua prisão em flagrante, confirmaram as afirmativas feitas no inquérito, sendo estas uníssonas no que diz respeito à confissão delitiva feita por ele, recorrente.

Ademais, reforçando os indícios de autoria, consta dos autos, às fls. 192/198, a Perícia Balística, a qual atesta, após minuciosa análise, que os projéteis encontrados no corpo da vítima foram disparados do revólver marca

Nlwvs (rse 0202294-4)

Fórum Thomaz de Aquino - Av. Martins de Barros, 583 – 2º andar – Santo Antônio - RECIFE-PE CEP: 50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax 3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784 E-mail: roan@tjpe.gov.br



193

Taurus, calibre 38 (trinta e oito), a mesma arma que foi encontrada na posse do recorrente, quando este foi preso em flagrante.

Portanto, não há como se falar em impronúncia ante os fortes indícios da responsabilidade penal que recaem sobre o ora recorrente. Ademais, nos termos do art. 410 do CPP, o Magistrado somente desclassificará a infração penal quando a acusação de crime contra a vida for manifestamente inadmissível, o que não ocorreu *in casu*.

Assim, a manutenção da pronúncia ora vergastada é a medida que se impõe, motivo pelo qual voto pelo **NÃO PROVIMENTO DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**, determinando a submissão do acusado **Rafael da Silva Raimundo** a julgamento perante o Tribunal Popular do Júri, por infração ao art. 121, § 2º, I e IV, do CP, haja vista estarem presentes os requisitos previstos no art. 408 do CPP, ou seja, o convencimento do Juízo *a quo* quanto à existência do crime e indícios suficientes de autoria.

É como voto.

Recife, 26 de *junho* de 2010.

Romero de Oliveira Andrade
Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator